

MENSAGEM DAS CONFERÊNCIAS E CONSELHOS EPISCOPAIS CATÓLICOS
DA ÁFRICA, AMÉRICA LATINA E CARIBE, E ÁSIA POR OCASIÃO DA COP30

UM CHAMADO POR JUSTIÇA CLIMÁTICA E A CASA COMUM:

CONVERSÃO ECOLÓGICA, TRANSFORMAÇÃO
E RESISTÊNCIA ÀS FALSAS SOLUÇÕES



Índice

Resumo Executivo	3
Síntese	7
I. Princípios fundamentais	8
II. Compromissos e responsabilidades	9
III. Chamado à ação	10
IV. Um caminho de esperança e conversão ecológica.....	11
Documento Base	13
1. Advertências urgentes ante o colapso climático	15
2. Soluções insuficientes e inadequadas	17
3. Negacionismo do aquecimento global.....	18
4. A necessidade de reforçar compromissos como igreja.....	19
5. Caminhos para a conversão ecológica e a sobriedade feliz: Discernir	19
6. Quem destrói a terra e quem oferece falsas soluções	21
7. O essencial que precisamos defender juntos rumo à COP30: Agir	24
8. Conclusão: um chamado à resistência, ao fortalecimento comunitário e à esperança	30

MENSAGEM DAS CONFERÊNCIAS E CONSELHOS EPISCOPAIS CATÓLICOS
DA ÁFRICA, AMÉRICA LATINA E CARIBE, E ÁSIA POR OCASIÃO DA COP30

UM CHAMADO POR JUSTIÇA CLIMÁTICA E A CASA COMUM:

CONVERSÃO ECOLÓGICA, TRANSFORMAÇÃO
E RESISTÊNCIA ÀS FALSAS SOLUÇÕES

3

Resumo Executivo

Um caminho de esperança e conversão ecológica

inspirados tanto na *Laudato si'* do **Papa Francisco** quanto pelo chamado do **Papa Leão XIV** a viver uma ecologia integral com justiça, convocamos a uma conversão ecológica profunda.

Dez anos após a publicação da *Laudato si'* e a assinatura do Acordo de Paris, os países do mundo não responderam com a urgência necessária.

A Igreja não se calará. Continuaremos a erguer nossa voz junto à ciência, à sociedade civil, aos mais vulneráveis e com verdade e coerência, até que a justiça seja feita.

I. Nossa demanda

A crise climática é uma realidade urgente, com um aquecimento registrado de 1,55°C em 2024. Não é apenas um problema técnico, *mas uma questão existencial, de justiça, dignidade e cuidado com nossa casa comum.*

A ciência é clara: limitar o aquecimento global a 1,5°C para evitar efeitos catastróficos. Jamais devemos abandonar essa meta. São o Sul Global e as gerações futuras que já sofrem as consequências.

Rejeitamos as falsas soluções, como o capitalismo “verde”, a tecnocracia, a natureza transformada em mercadoria e o extrativismo, que perpetuam exploração e injustiça.

Em seu lugar, exigimos:

Equidade: As nações ricas devem pagar sua dívida ecológica com um financiamento climático justo, sem endividar ainda mais o Sul, para reparar perdas e danos e promover resiliência na África, América Latina e Caribe, Ásia e Oceania.

Justiça: Promover o decrescimento econômico e acabar com os combustíveis fósseis, interrompendo todas as novas infraestruturas e taxando adequadamente aqueles que se beneficiaram deles, inaugurando uma nova era de governança que inclua e priorize as comunidades mais afetadas pelas crises do clima e da natureza.

Proteção: Defender os povos indígenas e tradicionais, os ecossistemas e as comunidades empobrecidas; reconhecendo a maior vulnerabilidade de mulheres, meninas e novas gerações; e a migração climática como um desafio de justiça e direitos humanos.

II. Compromissos da igreja

A Igreja não se limita a palavras:

Defenderemos os mais vulneráveis em cada decisão sobre clima e natureza.

Educaremos para a ecologia integral e promoveremos economias baseadas na solidariedade, na “sobriedade feliz” da *Laudato Si’* e no “Bem Viver” das sabedorias ancestrais.

Fortaleceremos a aliança intercontinental entre países do Sul Global para promover cooperação e solidariedade.

Monitoraremos os resultados das COPs por meio de um Observatório de Justiça Climática.

Convidamos a uma coalizão histórica entre atores do Norte e do Sul Global para enfrentar as crises de forma solidária.

III. Chamado à ação

Instamos os tomadores de decisão a:

Cumprir o Acordo de Paris e implementar NDCs à altura da urgência da crise climática.

Priorizar o *bem comum* acima do lucro.

Transformar o sistema econômico em um modelo restaurador *que priorize o bem-estar das pessoas e garanta condições para a vida sustentável no planeta.*

Promover políticas climáticas e de natureza ancoradas nos *direitos humanos*.

Compartilhar e implementar *soluções tecnológicas éticas, descentralizadas e apropriadas*.

Alcançar o *desmatamento zero até 2030* e restaurar ecossistemas vitais aquáticos e terrestres.

Unir esforços para *fortalecer processos multilaterais democráticos*, como o Acordo de Paris, e reconstruir a confiança na cooperação e no diálogo, unindo-nos como humanidade, Norte e Sul, pelo bem-estar do planeta.

Fruto do discernimento coletivo das Igrejas da África, América Latina e Caribe, e Ásia, em preparação para a COP30 no continente da esperança, invocando a inspiração do Espírito Santo e em comunhão com a missão da Igreja universal.

África, América Latina e Caribe, Ásia, 12 de junho de 2025.

MENSAGEM DAS CONFERÊNCIAS E CONSELHOS EPISCOPAIS CATÓLICOS
DA ÁFRICA, AMÉRICA LATINA E CARIBE, E ÁSIA POR OCASIÃO DA COP30

UM CHAMADO POR JUSTIÇA CLIMÁTICA E A CASA COMUM:

CONVERSÃO ECOLÓGICA, TRANSFORMAÇÃO
E RESISTÊNCIA ÀS FALSAS SOLUÇÕES

7

Síntese

Este chamado conjunto é assinado pelos bispos das conferências e conselhos episcopais da África, América Latina e Caribe, e Ásia. Dirige-se aos líderes governamentais e seus representantes, exortando-os a trabalhar por uma **implementação ambiciosa do Acordo de Paris em favor das pessoas e do planeta**. O chamado também se dirige à Igreja e ao público em geral, para que vivam a “conversão ecológica” (Papa Francisco) e enfrentem “as feridas causadas pelo ódio, pela violência, pelos preconceitos, pelo medo da diferença e por um paradigma econômico que explora os recursos da Terra e marginaliza os mais pobres” (Papa Leão XIV).

A Igreja Católica presente na África, América Latina e Caribe, e Ásia, inspirada tanto no legado do Papa Francisco e suas *Laudato Si'* e *Laudate Deum*, quanto pelo chamado do Papa Leão XIV a viver uma ecologia integral com justiça, paz e coragem profética, apresenta este documento como expressão de seu compromisso inabalável com a dignidade humana, a paz, a opção preferencial pelos empobrecidos, a justiça climática e socioecológica, e o cuidado com a Casa Comum.

Em reconhecimento ao consenso científico – como o do IPCC – sobre a necessidade de limitar o aquecimento global a 1,5°C para evitar consequências catastróficas, elevamos uma voz profética que clama por paz a partir de uma conversão ecológica que transforme o modelo de desenvolvimento atual, baseado no extrativismo, na tecnocracia e na mercantilização da natureza.

Na COP30, exigimos dos Estados uma ação transformadora fundamentada na dignidade humana, no bem comum, na solidariedade e na justiça social, priorizando os mais vulneráveis, incluindo a irmã Mãe Terra.

I. Princípios fundamentais

Com o aquecimento global atingindo 1,55°C em 2024 e a desertificação afetando já 500 milhões de pessoas no Sul Global, **a ação imediata é essencial para evitar impactos irreversíveis nos sistemas climáticos e naturais**.

Nossas decisões atuais impactam as gerações futuras; **defendemos uma justiça intergeracional que assegure um planeta habitável e próspero para todas as formas de vida**.

A crise climática é também uma crise de valores que gera violências; **as soluções devem unir justiça, ecologia, direitos da natureza e dignidade humana**, elementos fundamentais da ecologia integral e da construção da paz, superando a visão antropocêntrica.

A ecologia integral propõe **uma mudança estrutural nas economias e nos modelos de desenvolvimento, superando paradigmas tecnocráticos e extrativistas** que perpetuam a exploração dos povos e a degradação ambiental.

A mudança climática, causada principalmente pelo Norte Global, afeta a todos, mas de forma desproporcional os países do Sul Global; **as políticas climáticas devem basear-se na equidade e em responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e nas respectivas capacidades.**

As mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas pela mudança climática, especialmente no Sul Global, enfrentando problemas que vão desde a insegurança alimentar até a violência, enquanto se destacam como defensoras do meio ambiente.

As soluções devem **integrar as cosmovisões e práticas dos povos e comunidades locais**, garantindo o acesso a seus direitos violados; não podem limitar-se a ajustes meramente técnicos e financeiros.

II. Compromissos e responsabilidades

a partir de nossa missão, comprometemo-nos e reafirmamos que:

Rejeitamos as “falsas soluções” da financeirização e mercantilização da natureza, opondo-nos aos mecanismos de compensação de carbono e à financeirização dos bens comuns, que transferem indevidamente o ônus de reduzir emissões de quem as causa para quem as sofre, priorizando o lucro em detrimento da vida, e que perpetuam a exploração da terra, de seus seres vivos e de seus povos, em vez de abordar as causas da crise.

Defendemos a justiça climática, assegurando que as decisões da COP30 e outras priorizem as pessoas empobrecidas acima das lógicas corporativas que aprofundam desigualdades.

Exigimos a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis e rejeitamos toda nova exploração, extração e infraestrutura, em uma trajetória alinhada com a meta de 1,5°C, garantindo uma transição energética justa, inclusiva e sustentável.

Condenamos o “capitalismo verde”, a mineração e o “monocultivo energético”, que sacrificam comunidades e ecossistemas; e exigimos uma transformação econômica radical que favoreça as condições para que a vida na Terra prospere.

Fortalecemos a resistência e a resiliência das comunidades, defendendo o acesso universal a recursos para a reparação de perdas e danos, mitigação e adaptação, a partir de estratégias locais de meios de vida, segurança alimentar, soberania hídrica, gestão de emergências e planejamento territorial.

Defendemos a soberania dos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre seus territórios, essencial para a proteção dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

Promovemos um novo paradigma de desenvolvimento baseado na solidariedade, na justiça social, na cooperação e no respeito aos limites planetários e às culturas dos povos, incentivando a agroecologia, novas economias e o desenvolvimento humano integral.

Implementamos programas educativos sobre o cuidado da Casa Comum, a ecologia integral, os direitos humanos, a sustentabilidade ambiental e a economia popular e solidária.

Cultivamos a espiritualidade nas artes, culturas e meios de comunicação, para sensibilizar e promover narrativas de esperança e ação coletiva.

Criaremos o Observatório Eclesial sobre Justiça Climática, por meio da Conferência Eclesial da Amazônia, para monitorar os compromissos das COPs e seu cumprimento no Sul Global, assim como denunciar os compromissos descumpridos.

III. Chamado à ação

Exigimos que os países ricos reconheçam e assumam sua dívida social e ecológica, como principais responsáveis históricos pela extração de recursos naturais e pela emissão de gases de efeito estufa; e se comprometam com um financiamento climático justo, acessível e eficaz, que não gere mais dívidas, para reparar perdas e danos e fortalecer a resiliência no Sul Global.

Convidamos a uma coalizão histórica de atores do Sul e do Norte Global, comprometidos com a ética e a justiça, para abordar a questão das dívidas, promover a resiliência e assegurar condições para que a vida no planeta prospere.

Exigimos alcançar o desmatamento zero em todos os biomas até 2030, como compromisso urgente frente à crise climática.

Exigimos que os Estados implementem NDCs ambiciosas, compatíveis com a urgência climática, e comuniquem ao mundo como implementarão as decisões coletivas tomadas em COPs anteriores, incluindo uma transição energética socialmente justa.

Exigimos dos Estados a implementação de mecanismos de governança climática com participação ativa e vinculante das comunidades, da sociedade civil e das organizações baseadas na fé na tomada de decisões.

Exigimos a proteção dos povos e comunidades locais vulneráveis à mudança climática e ameaçados por conflitos socioecológicos, reconhecendo seu papel central na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

Exigimos políticas que transformem os ciclos produtivos e a cultura de consumo, tornando-os mais justos e sustentáveis, garantindo que as transições econômicas e energéticas não perpetuem desigualdades, nem comprometam os direitos humanos ou do meio ambiente.

Exigimos, com urgência, uma ação coletiva em prol do clima, da biodiversidade e dos direitos de todos os seres vivos, assim como uma mudança no modelo socioeconômico e cultural em favor do bem comum e das futuras gerações.

Após a profunda decepção causada pelo Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG), **exigimos que o financiamento climático seja transparente, acessível e chegue de forma direta e eficaz** – sem intermediários, impedindo que bancos de desenvolvimento e instituições financeiras invistam em combustíveis fósseis e projetos extrativistas, e que o financiamento não se baseie na financeirização da natureza, nem aumente a dívida dos países do Sul Global.

Exigimos liberar as soluções baseadas na natureza da lógica mercantil, definindo seu objetivo de mitigar a mudança climática, regenerar a biodiversidade e sustentar os meios de vida dos povos.

Exigimos políticas alinhadas com os limites planetários: redução da demanda e do consumo, metas de decrescimento e transição para modelos econômicos mais circulares, solidários e restauradores.

IV. Um caminho de esperança e conversão ecológica

As Igrejas da África, América Latina e Caribe, e Ásia, em uma aliança intercontinental que fortalece nossa voz profética e promove a cooperação entre os povos do Sul Global, fazem um chamado a todas as pessoas de boa vontade para empreender um caminho de conversão ecológica, inspiradas na espi-

ritualidade do cuidado, no “Bem Viver” (*Querida Amazonia*, 8) e na “sobriedade feliz” (*Laudato Si’*, 223) propostos pelo Papa Francisco.

Convidamos a comunidade humana a educar para a consciência ecológica, promovendo estilos de vida que reduzam o consumo excessivo e respeitem a criação.

Incentivamos o fortalecimento de redes de solidariedade e ação climática entre comunidades, organizações sociais, acadêmicas e pessoas comprometidas com a justiça ecológica para defender a Casa Comum.

Em comunhão com as vítimas e em aliança com comunidades e lideranças ameaçadas por protegerem seus territórios, exigimos a reparação dos danos e o respeito aos direitos humanos, assim como o reconhecimento de uma voz profética em defesa dos empobrecidos e da irmã Mãe Terra.

Comprometemo-nos com a formação das novas gerações, para que compreendam a crise climática como um desafio ético e moral, e liderem a transformação do mundo rumo a um futuro justo e sustentável.

Promovemos o diálogo entre o conhecimento científico e a sabedoria ancestral, valorizando sua contribuição conjunta para a conservação da natureza e a adaptação climática.

12

Reiteramos que a Igreja, em sua missão profética, não cessará de erguer a voz contra as injustiças ecológicas e sociais, recordando que o clamor da Terra é também o clamor dos pobres (*Laudato Si’*, 49). Vendo a COP30 como uma oportunidade histórica para uma transformação estrutural rumo à justiça climática e socioecológica, comprometemo-nos a continuar em diálogo com religiões vizinhas pela justiça climática e o cuidado da casa comum. Da mesma forma, comprometemo-nos a manter o diálogo com a comunidade científica para que as ações climáticas, baseadas nas melhores evidências, respondam às necessidades locais, regionais e globais, influenciando permanentemente as políticas dos Estados.

Fazemos eco às palavras do Papa Leão XIV: o que precisamos neste momento é amor e unidade para “construir um mundo novo onde reine a paz”.

Fruto do discernimento coletivo das Igrejas da África, América Latina e Caribe, e Ásia, em preparação para a COP30 no continente da esperança, invocando a inspiração do Espírito Santo e em comunhão com a missão da Igreja universal.

África, América Latina e Caribe, e Ásia, 12 de junho de 2025.

MENSAGEM DAS CONFERÊNCIAS E CONSELHOS EPISCOPAIS CATÓLICOS
DA ÁFRICA, AMÉRICA LATINA E CARIBE, E ÁSIA POR OCASIÃO DA COP30

**UM CHAMADO POR JUSTIÇA
CLIMÁTICA E A CASA COMUM:**
CONVERSÃO ECOLÓGICA, TRANSFORMAÇÃO
E RESISTÊNCIA ÀS FALSAS SOLUÇÕES

13

Documento Base

O presente documento é fruto do discernimento coletivo das Igrejas da África, América Latina e Caribe, e Ásia, que, inspiradas pelo clamor dos povos e pela urgência do colapso climático, unem-se para erguer uma voz profética a partir do Sul Global. Compartilhamos uma convicção comum: **sem justiça climática, não há paz; sem conversão ecológica, não há futuro; sem escuta dos povos, não há soluções reais.** Esta posição é construída a partir das feridas vividas em nossos territórios e da esperança semeada em nossas comunidades, como Igrejas que caminham ao lado dos mais vulneráveis e anunciam um outro mundo possível.

Por ocasião do décimo aniversário da encíclica *Laudato Si'* (2015), o Papa Leão XIV, ao rezar o Regina Coeli da janela do Palácio Apostólico em 25 de maio, destacou que a *Laudato Si'* “nos ensinou a ouvir o duplo grito da Terra e dos pobres” e reconheceu sua grande relevância e capacidade de motivar iniciativas ao redor do mundo. Esse reconhecimento é um ponto chave que incentiva as Igrejas do Sul Global, especialmente diante da COP30, a intensificar seu compromisso com a luta socioambiental, que une justiça ecológica e social, fortalecendo uma espiritualidade integral que coloca a conversão ecológica no centro do testemunho cristão no presente.

Por isso, este texto tem como objetivo definir orientações que contribuam para a atuação pastoral e cívica da Igreja rumo à COP30, fortalecendo sua voz pública nos espaços de negociação climática internacional a partir de uma perspectiva de justiça ecológica integral, e evidenciando as principais causas e responsabilidades do colapso ambiental e climático. Assim, **reafirma-se a urgente necessidade de uma transformação estrutural em nosso modo de vida para combater o aquecimento global.** Rejeitam-se as falsas soluções, e promovem-se a sobriedade feliz e a conversão ecológica como bases para sociedades que respeitem e cuidem.

Seguindo o chamado do Papa Francisco, de venerada memória, expresso em *Laudato Si'* (LS), e recentemente pelo Santo Padre, Papa Leão XIV, é fundamental denunciar todas as tentativas de financeirização da natureza, assim como as soluções baseadas no “paradigma tecnocrático” que agravam os problemas atuais, e reafirmar que está em jogo muito mais que uma simples transição energética. A financeirização da natureza é a lógica que transforma elementos vitais da criação, como florestas, rios e o clima, em ativos financeiros negociáveis, como se fossem “serviços ecossistêmicos” e, portanto, mercadorias dentro da lógica do lucro.

A crise ecológica, a crise climática e a crise social nos interpelam a repensar o bem comum e a cultivar diálogos pautados pela paciência, generosidade e escuta mútua. As

problemáticas definidas nas Convenções do Rio das Nações Unidas¹, a mudança climática, o colapso da diversidade biológica e a desertificação desencadeiam, além disso, problemas sociais, como a migração forçada, aprofundando desigualdades entre o Norte e o Sul Global e o sofrimento humano.

Inspirados pela ecologia integral, conforme proposto em *Laudato Si'*, somos chamados a reconhecer a profunda interdependência entre o ser humano, a sociedade e a natureza. Essa visão nos convida a uma resposta ética, espiritual e social diante das injustiças ambientais, exigindo uma conversão dos estilos de vida, dos padrões de consumo e das políticas econômicas, porque “este mundo que nos acolhe, está-se esboroando e talvez aproximando dum ponto de ruptura” (*Laudate Deum*, 2). Cuidar da Casa Comum é, portanto, um compromisso essencial e o ponto de partida para nossa participação na COP 30.

1. Advertencias urgentes ante o colapso climático

A realização da COP30 no Brasil, em novembro de 2025, ocorre em um momento gravíssimo para nosso planeta e todos os seres vivos: indicadores ambientais mostram que estamos nos aproximando rapidamente do colapso climático. Em 2024, sofremos um aquecimento médio global superficial, terrestre e marítimo combinados, de 1,55°C acima do chamado período pré-industrial (1850-1900)^{2,3}. Trata-se de um aquecimento sem precedentes na história das civilizações humanas.

Em 2022, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) admitiu: “A magnitude e a extensão dos impactos das mudanças climáticas são maiores do que o estimado em avaliações anteriores”⁴. Em 2023, o IPCC, em seu relatório de síntese, afirmou que “Quanto maior a magnitude e mais duradoura a duração do aquecimento

1 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Brasil, 1992, A/RES/44/228

2 World Meteorological Organization, “WMO Confirms 2024 as Warmest Year on Record at About 1.55°C Above Pre-Industrial Level,” WMO, January 15, 2025, <https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2024-warmest-year-record-about-155degc-above-pre-industrial-level>

3 Copernicus Climate Change Service, “Global Climate Highlights 2024,” Copernicus, January 15, 2025, <https://climate.copernicus.eu/global-climate-highlights-2024>

4 IPCC, 2022: B.1.2, Summary for Policymakers [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, M. Tignor, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem (eds.)]. In: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 3-33, doi:10.1017/9781009325844.001

excessivo, mais expostos estarão os ecossistemas e as sociedades a mudanças maiores e mais generalizadas nos fatores de impacto climático, o que aumentará os riscos para muitos sistemas naturais e humanos. Em comparação com trajetórias sem aquecimento excessivo, as sociedades enfrentarão maiores riscos para as infraestruturas, assentamentos costeiros de baixa altitude e meios de vida associados.”⁵

Milhões de pessoas ao redor do mundo já sofrem os impactos das mudanças climáticas, especialmente nas zonas mais áridas do planeta. Estimou-se recentemente que cerca de 500 milhões de pessoas viviam em áreas que sofreram desertificação recente, ou seja, entre os anos 1980 e 2000, e que as pessoas que vivem nessas áreas já degradadas ou desertificadas são cada vez mais afetadas pelas mudanças climáticas⁶. As secas e a desertificação ameaçam diretamente as colheitas, os recursos hídricos, a segurança alimentar e estão relacionadas à pobreza, ao deterioro da saúde e ao deslocamento⁷. Segundo o IPCC, as mudanças climáticas já contribuem para os deslocamentos e crises humanitárias, afetando desproporcionalmente regiões como África, América Latina e Ásia⁸.

A aceleração do aquecimento é inequívoca. Levou quase um século (1920-2015) para atingir 1°C acima do período 1850-1900. Mas, em apenas 10 anos (2015-2024), atingimos 1,55°C, com um salto de 0,4°C nos últimos dois anos. No Sul Global, essa crise socioambiental agrava desigualdades históricas, exigindo mudanças profundas locais e globais.

- 5 IPCC, 2023: Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001
- 6 IPCC, 2019: A.1.5; Summary for Policymakers. In: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems [P.R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, V. Masson-Delmotte, H.-O. Pörtner, D. C. Roberts, P. Zhai, R. Slade, S. Connors, R. van Diemen, M. Ferrat, E. Haughey, S. Luz, S. Neogi, M. Pathak, J. Petzold, J. Portugal Pereira, P. Vyas, E. Huntley, K. Kissick, M. Belkacemi, J. Malley, (eds.)]. <https://doi.org/10.1017/9781009157988.001>
- 7 Mirzabaev, A., J. Wu, J. Evans, F. García-Oliva, I.A.G. Hussein, M.H. Iqbal, J. Kimutai, T. Knowles, F. Meza, D. Nedjraoui, F. Tena, M. Türkeş, R.J. Vázquez, M. Wetz, 2019: Desertification. In: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems [P.R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, V. Masson-Delmotte, H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, P. Zhai, R. Slade, S. Connors, R. van Diemen, M. Ferrat, E. Haughey, S. Luz, S. Neogi, M. Pathak, J. Petzold, J. Portugal Pereira, P. Vyas, E. Huntley, K. Kissick, M. Belkacemi, J. Malley, (eds.)]. <https://doi.org/10.1017/9781009157988.005>
- 8 IPCC, 2022: B.1.7, Summary for Policymakers [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, M. Tignor, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem (eds.)]. In: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 3-33, doi:10.1017/9781009325844.001

2. Soluções insuficientes e inadequadas

Desde 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) impulsionou acordos e decisões fundamentais, como o Acordo de Paris (2015), o Pacto de Glasgow (2021), o Fundo para Perdas e Danos (2022) e o Balanço Global (2023). Embora esses avanços sejam significativos, persistem grandes desafios para alcançar uma verdadeira justiça climática e socioecológica. Na COP29, estabeleceu-se uma nova meta financeira de 300 bilhões de dólares anuais para 2035. No entanto, essa cifra continua insuficiente frente às necessidades reais de adaptação, mitigação e perdas e danos: por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente estima, de forma conservadora, que são necessários cerca de **500 bilhões de dólares ao ano apenas para medidas de adaptação** às mudanças climáticas⁹. Além disso, a cifra atual, insuficiente, carece de um roteiro claro que garanta sua acessibilidade e alinhamento com as necessidades dos países e comunidades mais vulneráveis.

A crise climática não espera. Os países do Sul Global, que menos contribuíram para o problema, enfrentam suas piores consequências. Os 300 bilhões de dólares anuais prometidos continuam insuficientes frente aos fundos necessários para adaptação, mitigação e perdas e danos.

Estima-se que a dívida climática do Norte Global enriquecido, que inclui países da América do Norte e Europa Ocidental, alcançará 192 trilhões de dólares em 2050¹⁰, com base em sua significativa participação nas emissões históricas e atuais de carbono e nos benefícios econômicos obtidos às custas do Sul Global. Além disso, estima-se que cada ano são extraídos aproximadamente 2 trilhões de dólares do Sul Global por meio de mecanismos corporativos, bancários e governamentais^{11,12}.

Para saldar essa dívida climática, o Norte Global deve tomar medidas decisivas: deter o dano ambiental, investir em iniciativas para mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas e compensar os danos que não podem ser revertidos. Trata-se de garantir equidade ao abordar os efeitos das mudanças climáticas, especialmente para as comunidades vulneráveis do Sul Global.

9 United Nations Environment Programme (2022). Adaptation Gap Report 2022: Too Little, Too Slow – Climate adaptation failure puts world at risk. Nairobi. <https://www.unep.org/adaptation-gap-report-2022>

10 Fanning, A.L., Hickel, J. Compensation for atmospheric appropriation. *Nat Sustain* 6, 1077–1086 (2023). <https://doi.org/10.1038/s41893-023-01130-8>

11 Dorninger, C., Hornborg, A., Abson, D.J., von Wehrden, H., Schaffartzik, A., Giljum, S., Engler, J.-O., Feller, R.L., Hubacek, K., & Wieland, H. (2021). Global patterns of ecologically unequal exchange: Implications for sustainability in the 21st century. *Ecological Economics* 179 e106824

12 Hickel, J., Sullivan, D., & Zoomkawala, H. (2021). Plunder in the Post-Colonial Era: Quantifying Drain from the Global South Through Unequal Exchange, 1960–2018. *New Political Economy*, 26(6), 1030–1047. <https://doi.org/10.1080/13563467.2021.1899153>

A obrigação de enfrentar essa dívida não é apenas financeira, mas também moral. O Norte Global deve reconhecer seu papel histórico e atual no impulso da crise climática e assumir a responsabilidade de criar um futuro mais equitativo, agindo agora: exigimos transparência e justiça climática como prioridade.

Não se trata apenas de fundos, mas de um roteiro claro que assegure sua chegada às comunidades mais vulneráveis. As medidas não estão à altura da rapidez e intensidade dos impactos climáticos. Ainda não conseguimos reduzir significativamente as emissões nem apoiar suficientemente aqueles que enfrentam os piores impactos. As perdas e danos continuam sem ser abordados com a seriedade que merecem.

Apesar do caráter inadiável das mudanças estruturais, as últimas COPs têm demonstrado como as negociações governamentais estão infinitamente longe das soluções necessárias para enfrentar as causas do aquecimento global. As decisões tomadas carecem de mecanismos que garantam sua implementação e as NDC (Contribuições Nacionalmente Determinadas) dos países estão muito longe de ser as medidas necessárias para mudar o rumo perigoso que temos seguido até agora^{13,14}.

3. Negacionismo do aquecimento global

Esse panorama se intensifica com a postura abertamente negacionista e de apatia adotada por setores super-ricos, as “elites do poder” (*Laudate Deum*, 38), em relação à responsabilidade humana frente ao clima, influenciando governos de países indispensáveis para um acordo global para enfrentar as causas do aquecimento global.

A falta de medidas suficientes de mitigação e adaptação gerou grandes perdas e danos, e prevê-se que estes aumentem. As avaliações atuais tendem a subestimar essa realidade, pois raramente consideram os custos indiretos ou as perdas não econômicas, como vidas humanas, culturas tradicionais ou espécies, que são irreparáveis. Os governos não estão preparados para dimensionar e enfrentar essas perdas. Na ausência de mecanismos reais de justiça reparadora, as comunidades e os governos dos países vulneráveis têm tido que arcar com esses impactos sozinhos, o que frequentemente os empurra para ciclos de endividamento.

13 United Nations Framework Convention on Climate Change, “Global Stocktake Outcome,” Document FCCC/CP/2023/L.17, 2023, <https://unfccc.int/documents/635999>.

14 United Nations Environment Programme, Emissions Gap Report 2024 (Nairobi: UNEP, 2024), <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2024>

4. A necessidade de reforçar compromissos como igreja

é nesse contexto crítico que a realização da COP no Brasil representa um chamado histórico, particularmente no Sul Global, para que a Igreja reafirme uma posição profética, fortalecendo seu compromisso com a justiça socioambiental e denunciando as falsas soluções climáticas, como foi solicitado enfaticamente pelo Papa Francisco.

Em reconhecimento ao consenso científico sobre a necessidade de limitar o aquecimento global a 1,5°C para evitar consequências catastróficas¹⁵ no décimo aniversário do marco histórico do Acordo de Paris, e inspirados na *Laudato Si'* (LS) e na *Laudate Deum* (LD), elevamos, por meio desta posição, uma voz profética que clama por paz a partir de uma conversão ecológica que transforme o modelo de desenvolvimento atual, baseado no extrativismo, na tecnocracia e na mercantilização da natureza.

Em reconhecimento dos sinais contundentes do colapso climático, propõe-se discernir caminhos de conversão ecológica e sobriedade feliz em resposta.

5. Caminhos para a conversão ecológica e a sobriedade feliz: Discernir

A encíclica *Laudato Si'*, legado luminoso do Papa Francisco, continua desafiando o mundo com sua proposta radical de conversão ecológica. Nela, convida-se a um novo estilo de vida marcado pela sobriedade feliz. Essa mudança implica uma transformação pessoal, comunitária, cultural e de valores que atravessa as estruturas políticas e econômicas. Como afirma: “A sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora. Não se trata de menos vida, nem vida de baixa intensidade; é precisamente o contrário. [...] A felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as múltiplas possibilidades que a vida oferece” (LS, 223).

A proposta encontra profunda consonância com o que os povos indígenas chamam de “Bem Viver” (*Querida Amazonia*, 8), que indica sua “comunhão com os companheiros de peregrinação e com a natureza em seu conjunto, isto é, um caminho de integração com a abundância da vida, com a história e com o porvir” (*Instrumentum Laboris*, Sínodo da Região Pan-Amazônica, 18).

15 IPCC, 2023: Summary for Policymakers. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001

Trata-se de uma vida produtiva e solidária, em paz e harmonia com os irmãos e irmãs e com os ecossistemas. O Bem Viver propõe uma nova forma de sociedade humana, que reconhece e respeita sua interdependência com a rede da vida, promovendo solidariedade, respeito mútuo e novas alternativas de vida, livres da lógica de acumulação e preconceitos.

Assim, em sintonia com o Magistério da Igreja, propomos:

- **Sobriedade como resistência ao consumismo:** reduzir o consumo supérfluo e garantir o necessário para uma vida digna para todos, com limites à acumulação de riquezas, a uma economia financeirizada e a investimentos militares, são passos concretos para desafiar o sistema de destruição de nosso planeta.
- **Educação para a conversão ecológica:** aumentar as iniciativas pastorais e educativas sobre o cuidado da Casa Comum, a ecologia integral, os direitos humanos, a sustentabilidade ambiental e a economia popular e solidária, a fim de promover práticas sustentáveis e solidárias nas comunidades, bem como suscitar experiências espirituais de contemplação e amor a toda a Criação, favorecendo relações de fraternidade universal com todas as criaturas, com ênfase na formação das novas gerações.
- **Fortalecimento das comunidades locais:** continuar garantindo o acesso das comunidades à terra e a seus planos de vida nos territórios; incentivar projetos de soberania alimentar, energética e cultural como alternativas ao modelo capitalista.
- **Diálogo permanente com a comunidade científica:** comprometer-nos com a comunidade científica para que as ações climáticas, baseadas nas melhores evidências, respondam às necessidades locais, regionais e globais, influenciando permanentemente as políticas dos Estados.
- **A promoção de narrativas de esperança e cuidado comum:** reafirmamos a espiritualidade e a arte como direito humano essencial, um elemento vital na transmissão de saberes e compromissos éticos entre as gerações.

“Quem anda em integridade, anda seguro, mas o que perverte os seus caminhos será conhecido”. (Provérbios 10,9). Conscientes da necessidade de agir de forma consistente, é necessário identificar os responsáveis pela destruição e pelas falsas soluções que promovem.

6. Quem destrói a terra e quem oferece falsas soluções

No contexto do colapso climático que vivemos, é gravemente contraditório utilizar os lucros da extração de petróleo para financiar o que se apresenta como uma transição energética, sem que exista um compromisso efetivo com sua superação¹⁶. É prioritário, nesse sentido, erradicar as concepções que vinculam a ideia de “progresso” e “desenvolvimento” ao uso intensivo de combustíveis fósseis¹⁷. É necessário estabelecer normas claras que conduzam, desde já, como passo essencial rumo a 1,5°C, a uma transição progressiva, mas firme, justa e inclusiva, que respeite a vida, proteja a criação e não deixe ninguém para trás. Uma transição para o abandono dos combustíveis fósseis e a suspensão de novas infraestruturas relacionadas, com cronogramas definidos, medidas concretas de responsabilização e políticas públicas que orientem a economia para alternativas sustentáveis.

Abandonar os combustíveis fósseis não é apenas necessário para reduzir emissões, mas também para reparar uma dívida ecológica e moral com o Sul Global e as comunidades afetadas pela poluição, extração e mudança climática.

A partir dos anos 2000, a narrativa do desenvolvimento sustentável começou a ser substituída pela ideia de “economia verde”, impulsionada por alguns governos e agências multilaterais. A economia verde, ou o “esverdeamento do sistema”, como muitos autores a denominam, é uma lógica técnico-instrumental a serviço da reestruturação ecológica do capitalismo. O que resulta no campo político é uma tentativa de solucionar o dilema entre crescimento econômico e cuidado ambiental, ao propor a proteção da natureza e a política ambiental como fontes de crescimento econômico para uns poucos. Implica criar um aparato legal que ajude a precificar toda a natureza, transformada em um ativo negociável com as regras do mercado, entre aqueles que têm acesso. No entanto, esse enfoque revela limitações ao reforçar a dependência de paradigmas econômicos centrais, concentrar o poder em corporações e complexos regulatórios, e aprofundar desigualdades estruturais entre economias desenvolvidas e regiões desfavorecidas. Assim, a economia verde surge não como uma ruptura, e sim como uma modernização incremental do capitalismo, ampliando sua capacidade de autorregulação enquanto perpetua contradições sistêmicas.

16 Li M, Trencher G, Asuka J (2022) The clean energy claims of BP, Chevron, ExxonMobil and Shell: A mismatch between discourse, actions and investments. PLOS ONE 17(2): e0263596. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0263596>

17 International Energy Agency, *World Energy Outlook 2024* (Paris: IEA, 2024), <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2024>.

A partir dessa compreensão histórica, ambiental e contextualizada nas realidades dos países do Sul Global, é que nos posicionamos contra o chamado “capitalismo verde”. Reconhecemos aqui, como indicou o Papa Francisco, uma alteração da narrativa, a favor dos interesses dominantes, que não intervém nas causas do colapso ambiental vigente. Como alertou o Papa, “[D]evemos superar a lógica de nos apresentarmos sensíveis ao problema e, ao mesmo tempo, não termos a coragem de efetuar mudanças substanciais” (LD, 56) já que “[B]uscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial.” (LS, 111)

A partir dessas preocupações, no contexto da COP, questionamos as propostas que se assemelham a falsas soluções, entre as quais:

- **Financeirização da natureza:** a transformação de bens naturais em mercadorias transacionáveis, como a financeirização da floresta ou os mercados e créditos de carbono, que permitem que grandes poluidores continuem emitindo gases enquanto compram “créditos verdes”. Tais enfoques não apenas arriscam perpetuar a exploração de fato dos ecossistemas para benefício econômico, mas também aumentam as pressões sobre as comunidades locais em seus territórios ancestrais, exacerbando a migração e o deslocamento.
- **Mineração em nome da transição energética:** a corrida por minerais como lítio¹⁸, cobalto e níquel, necessários para tecnologias chamadas “limpas”, como baterias e carros elétricos, devasta territórios e sacrifica comunidades^{19,20}, especialmente no Sul Global. Como afirmou o Papa Francisco: “Os recursos naturais necessários para a tecnologia, como o lítio, o silício e tantos outros não são certamente ilimitados, mas o problema maior é a ideologia que está na base duma obsessão: aumentar para além de toda a imaginação o poder do homem, para o qual a realidade não humana é um mero recurso ao seu serviço” (LD, 22).

18 Turcheniuk K, Bondarev D, Singhal V, Yushin G. Ten years left to redesign lithium-ion batteries. *Nature*. 2018;559(7715):467-470. doi:10.1038/d41586-018-05752-3

19 Schwartz, F. W., Lee, S., & Darrah, T. H. (2021). A review of the scope of artisanal and small-scale mining worldwide, poverty, and the associated health impacts. *GeoHealth*, 5, e2020GH000325. <https://doi.org/10.1029/2020GH000325>

20 Amnesty International (2016). Democratic Republic of Congo: “This is what we die for”: Human rights abuses in the Democratic Republic of the Congo power the global trade in cobalt, AFR 62/3183/2016. <https://www.amnesty.org/en/documents/afr62/3183/2016/en/>

- **Monocultura energética:** megaprojetos de energia hidrelétrica, solar e eólica, frequentemente impostos sem consulta às populações locais, concentram o poder econômico e destroem ecossistemas.

Esses enfoques perpetuam o sistema de exploração, ignorando a necessidade de uma mudança estrutural. Rejeitamos o paradigma tecnocrático explorador, **mas apoiamos o desenvolvimento e a implementação de tecnologias éticas, descentralizadas e apropriadas** para o desenvolvimento sustentável, projetadas e decididas conjuntamente com os povos e comunidades. Celebramos, por exemplo, projetos cooperativos e descentralizados de geração de eletricidade a partir de fontes renováveis, que são implementados a partir da consulta tanto com as mulheres quanto com os homens das comunidades em risco, e projetos onde se executam estratégias de mitigação discutidas e aceitas por todos.

Os impactos desse modelo, marcado por uma contínua violência socioambiental, recaem sobre as comunidades que acompanhamos pastoralmente — onde as mulheres, cujos modos de vida foram duramente afetados pela destruição ambiental e pelas mudanças climáticas, se destacam como protagonistas na proteção dos territórios e na defesa da vida. As políticas climáticas baseadas nos direitos humanos devem, portanto, prestar especial atenção **aos direitos das mulheres**.

A resposta à crise climática não está em transitar para outro formato de capitalismo, mantendo vigente o “paradigma tecnocrático”, tal como descrito pelo Papa Francisco (LS, 106-114). Precisamos transformar o modelo econômico e cultural, substituindo a lógica do lucro ilimitado pela ecologia integral, ou seja, a solidariedade, a justiça e o cuidado com a criação. O Papa Francisco foi explícito em sua crítica ao sistema econômico dominante: **“Esta economia mata”** (EG, 53). O Papa Francisco propôs um sistema cuja economia esteja a serviço da vida, não do lucro; que inclua os pobres e esteja fundado na solidariedade e não na competição; que cuide da Criação, que esteja a serviço da Paz no mundo e que rejeite o armamentismo e se comprometa com a redução das desigualdades.

A sobriedade feliz é mais que um estilo de vida: é uma resposta necessária, ética e espiritual à crise climática, que sinaliza um futuro em que prevaleça o bem comum. Em consonância com essa conversão, propõem-se ações coletivas para defender princípios fundamentais na COP30.

7. O essencial que precisamos defender juntos rumo à COP30: Agir

A COP30 será um momento decisivo para os países que devem apresentar a atualização de suas NDCs, com metas claras de redução de emissões alinhadas com o Balanço Global em todos os setores, respaldadas por transições energéticas idealmente obrigatórias, eficientes e verificáveis. Para alcançá-lo, é necessário um financiamento climático adequado, que permita aos países em desenvolvimento cumprir seus compromissos e avançar rumo a uma alternativa justa.

Além disso, as NDCs devem ser construídas com uma participação ampla e significativa. As comunidades mais afetadas pela mudança climática — frequentemente excluídas do processo — devem ser ouvidas. Sua inclusão é essencial para garantir planos eficazes, justos e legítimos. Isso implica assegurar processos participativos, proteger saberes e culturas locais e priorizar as populações mais vulneráveis. Esses processos devem continuar além da apresentação das NDCs, com vistas ao próximo Balanço Global.

Como Igrejas irmãs do Sul Global, chamamos a construir uma aliança de fé e ética entre África, América Latina e Caribe, e Ásia, que fortaleça nossas vozes nos espaços internacionais e promova uma cooperação entre povos. Essa aliança deve visibilizar as realidades diversas que vivemos e apoiar iniciativas de resiliência comunitária, como já se expressa em nossas comunidades que enfrentam a desertificação na África, o desmatamento na América Latina e Caribe, e os deslocamentos costeiros na Ásia. Defendemos os seguintes princípios e valores, que não podem ser sacrificados em nome dos chamados compromissos climáticos que perpetuem injustiças:

- **Proteção dos territórios e domínios ancestrais e soberania dos povos originários, tradicionais, camponeses e pescadores artesanais:** os territórios indígenas e de comunidades tradicionais e periféricas, assim como os biomas ribeirinhos e oceânicos, **são sagrados** (LS, 85; 146) e não podem ser explorados e expropriados em nome de uma suposta mitigação climática^{21,22}. Muito menos podemos aceitar a devastação das florestas tropicais do Sul Global — Amazônia, Bacia do Congo, Bacias de Bornéu e do Mekong — transformadas em pastagens, biocombustíveis e monoculturas. Destacamos especialmente a maior vulnerabilidade das mulheres e meninas em ambientes tanto rurais quanto urbanos, os idosos, as pessoas

21 International Labour Organization. “Indigenous and Tribal Peoples Convention, 1989 (No. 169).”

22 United Nations General Assembly. “United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples.” Resolution 61/295, September 13, 2007

com deficiência e os indígenas. É imperativo proteger as comunidades vulneráveis afetadas por conflitos socioecológicos, assegurando sua voz e direitos.

- **A agricultura familiar** garante a produção da maior parte dos alimentos em nossos países; esse trabalho, de milhões de famílias, precisa ser protegido e fomentado, cooperando por uma gestão sustentável da água e do solo, priorizando a restauração de terras degradadas. A prevenção e reversão da desertificação são cruciais para mitigar os impactos da mudança climática e garantir a segurança alimentar, especialmente em regiões vulneráveis²³. Nesse mesmo sentido, o Papa Francisco reconhece em *Laudato Si'* que os povos indígenas “[Q]uando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida.” (LS, 146). Assim, é importante fortalecer alianças com movimentos socioambientais, academia e governos, com foco no protagonismo desses povos. Para isso, exigimos dos Estados a implementação de mecanismos de governança climática com participação ativa e vinculante das comunidades, da sociedade civil e das organizações baseadas na fé na tomada de decisões; ao mesmo tempo, promover territórios livres de projetos predatórios que violam seus direitos e destroem seus modos de vida²⁴. Os financiamentos e mecanismos de adaptação aos impactos climáticos devem priorizar os direitos dos povos originários, tradicionais e camponeses, os refugiados climáticos e os migrantes expulsos de suas terras por catástrofes ambientais, assim como as propostas e o protagonismo das comunidades organizadas nas periferias urbanas, resultando em Planos Nacionais de Adaptação (PNA) audaciosos e consistentes.
- **Promoção da igualdade, com responsabilidades diferenciadas:** os países e populações historicamente responsáveis pelas emissões devem reconhecer e pagar sua dívida ecológica. Exigimos que os países do Norte Global se comprometam a assumir os maiores esforços de mitigação e financiar as adaptações necessárias nos países do Sul Global, sem que isso gere mais dívidas²⁵. Em 1º de janeiro

23 Mirzabaev, A., J. Wu, J. Evans, F. García-Oliva, I.A.G. Hussein, M.H. Iqbal, J. Kimutai, T. Knowles, F. Meza, D. Nedjraoui, F. Tena, M. Türkeş, R.J. Vázquez, M. Weltz, 2019: Desertification. In: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems [P.R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, V. Masson-Delmotte, H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, P. Zhai, R. Slade, S. Connors, R. van Diemen, M. Ferrat, E. Haughey, S. Luz, S. Neogi, M. Pathak, J. Petzold, J. Portugal Pereira, P. Vyas, E. Huntley, K. Kissick, M. Belkacemi, J. Malley, (eds.)]. <https://doi.org/10.1017/9781009157988.005>

24 United Nations Human Rights Council. “Green Financing – A Just Transition to Protect the Rights of Indigenous Peoples.” Report A/HRC/54/31, July 20, 2023. <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5431-green-financing-just-transition-protect-rights-indigenous>

25 United Nations, *Paris Agreement* (New York: United Nations, 2015), <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>

de 2025, o Papa Francisco deu início a este ano jubilar declarando: “encorajo os governantes dos países de tradição cristã a darem o bom exemplo, cancelando ou reduzindo o mais possível as dívidas dos países mais pobres”. É essencial responsabilizar países e corporações historicamente responsáveis por um modelo que concentra renda e aumenta a pobreza. Urge também chamar à responsabilidade os diversos países de renda média que estão se tornando grandes emissores de gases de efeito estufa. O compromisso de financiamento assumido na COP29 foi insatisfatório; é indispensável que os governos assumam efetivamente o financiamento de 1,3 trilhão de dólares por ano até 2035. O Fundo de Perdas e Danos deve ser urgentemente operacionalizado, garantindo acesso prioritário às comunidades afetadas. Um financiamento climático transparente, justo, acessível e eficaz deve ser direcionado a soluções climáticas comunitárias, integradas e participativas, valorizando especialmente iniciativas lideradas por mulheres.

- **Rejeição à financeirização da Natureza**²⁶: os ecossistemas não são “serviços ambientais” à venda, mas um complexo de múltiplas interações entre seres vivos e não vivos^{27,28}, humanos e não humanos, parte da Criação de Deus, que deve ser cuidada e respeitada. Exigimos, portanto, liberar as soluções baseadas na natureza da lógica mercantil, precisando seu objetivo de mitigar a mudança climática, regenerar a biodiversidade e sustentar os meios de vida dos povos. Por conseguinte, rejeitamos, por exemplo, iniciativas de financeirização como os créditos de carbono baseados em REDD+ ou mercados voluntários de carbono etc.
- **Transformação do sistema econômico**: não basta falar de uma transição energética. Propomos um modelo alinhado com os limites planetários²⁹ e com metas para o decrescimento. Um modelo que reduza a demanda e o consumo excessivo e fomenta economias solidárias, circulares e restauradoras. Denunciamos os impactos ligados ao paradigma tecnocrático, como, por exemplo, as pressões

26 United Nations Human Rights Council. “Green Financing – A Just Transition to Protect the Rights of Indigenous Peoples.” Report A/HRC/54/31, July 20, 2023. <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5431-green-finance-just-transition-protect-rights-indigenous>

27 Secretariat of the Convention on Biological Diversity, “Convention on Biological Diversity,” 1992, <https://www.cbd.int/convention/text/>

28 Secretariat of the Convention on Biological Diversity, “Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework,” 2022, <https://www.cbd.int/gbf>

29 Rockström, J., Steffen, W., Noone, K. *et al.* A safe operating space for humanity. *Nature* **461**, 472–475 (2009). <https://doi.org/10.1038/461472a>

sobre o recurso hídrico^{30,31} e a geração de eletricidade³² para centros de dados, o crescente extrativismo mineral para a produção de automóveis e veículos elétricos³³, entre muitos outros impactos sociais e ecológicos. A ideia de uma “transição energética justa”, embora apresentada como solução para a crise ambiental, muitas vezes perpetua o modelo atual, beneficiando grandes corporações e países do Norte Global, enquanto impõe custos desproporcionais ao Sul Global. Os projetos energéticos em vigor frequentemente deslocam comunidades e destroem ecossistemas, agravando desigualdades. Além disso, a crescente retórica de que a solução passa pela expansão da mineração, especialmente para a extração de minerais considerados “críticos” e terras raras, é ecologicamente insustentável, injusta e predatória. Reforça o extrativismo colonial, transforma territórios inteiros em zonas de sacrifício, viola direitos humanos e devasta a natureza em nome de uma falsa sustentabilidade. É urgente romper com um modelo econômico que propõe crescimento infinito em um planeta finito e que, para isso, explora ilimitadamente pessoas e recursos. É urgente transitar para um modelo econômico regenerativo e distributivo, que reconheça os limites ecológicos do planeta e coloque o cuidado com a vida no centro, substituindo a lógica extrativista por uma economia do bem e do cuidado com a casa comum. **Exigimos, portanto, políticas de produção e consumo que transformem os ciclos produtivos e a cultura do consumo**, para que sejam cada vez mais justas, assegurando que as transições econômicas e energéticas não perpetuem desigualdades nem comprometam os direitos humanos nem o meio ambiente. Sistemas descentralizados e democráticos de energia, com gestão comunitária e enraizados nos territórios, representam uma alternativa coerente com os princípios da ecologia integral. Promovem justiça socioambiental, soberania energética e resiliência local — sempre que acompanhados por políticas públicas orientadas ao bem comum.

-
- 30 Ristic, Bora & Madani, Kaveh & Makuch, Zen. (2015). The Water Footprint of Data Centers. *Sustainability*. 7. 11260-11284. 10.3390/su70811260.
- 31 Mytton, D. Data centre water consumption. *npj Clean Water* 4, 11 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41545-021-00101-w>
- 32 Belkhir, L., & Elmeligi, A. (2018). Assessing ICT global emissions footprint: Trends to 2040 & recommendations. *Journal of Cleaner Production*, 177, 448–463.
- 33 Luong, J. H. T., Tran, C., & Ton-That, D. (2022). A Paradox over Electric Vehicles, Mining of Lithium for Car Batteries. *Energies*, 15(21), 7997

- **Reivindicamos políticas e programas de energia renovável descentralizados e sensíveis às necessidades das mulheres**, que também promovem o trabalho digno para as mulheres em todos os níveis, apoiem o empreendedorismo feminino no setor de energias renováveis, com as mulheres como prosumidoras, consumidoras e comerciantes, e com enfoques similares na economia circular.
- **Garantir um financiamento climático equitativo que leve em conta também as necessidades das mulheres**, assegurando representação equitativa entre homens e mulheres nesses mecanismos, indicadores de referência para o financiamento destinado também às mulheres com mecanismos de acompanhamento e correção, e um aumento dos fundos plurianuais acessíveis para organizações de mulheres.
- **Deter toda expansão da fronteira petrolífera e dos combustíveis fósseis**: não é ético nem sustentável autorizar novas explorações, nem ampliar infraestruturas que perpetuem essa dependência. Cada novo investimento em petróleo, gás ou carvão contradiz os compromissos climáticos e aprofunda a emergência que ameaça a vida em todo o planeta. É urgente abandonar o modelo econômico baseado em fósseis e apoiar alternativas sustentáveis, descentralizadas e respeitosas dos territórios e dos povos que historicamente foram sacrificados por essa lógica extrativista.
- **Combate radical à degradação dos ecossistemas**: devemos fortalecer as redes de enfrentamento ao desmatamento e incêndios em todos os biomas, assim como reforçar o objetivo de “desmatamento zero” até 2030³⁴, assumido na COP26 em 2021, com a articulação e participação de toda a sociedade. Sublinhamos, além disso, o papel do Oceano como regulador do sistema climático, pilar da conservação e da segurança alimentar.
- **Segurança e proteção para as cidades**, cada vez mais vulneráveis a fenômenos climáticos extremos. Além de políticas de prevenção de desastres, é essencial implementar programas sociais que promovam habitação digna e segura, saneamento básico, infraestrutura verde e solo permeável, além de projetos urbanísticos focados no transporte coletivo e na redução de emissões.
- **Integrar prioridades baseadas em dados das mulheres** pobres de zonas urbanas e rurais, mulheres indígenas e migrantes, incluindo perdas e danos não econômicos, no desenho, implementação, monitoramento e avaliação das políticas

34 Intergovernmental Panel on Climate Change, “Climate Change and Land: An IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse Gas Fluxes in Terrestrial Ecosystems” (Geneva: IPCC, 2019), <https://www.ipcc.ch/srccl/>

e programas climáticos e do fundo para perdas e danos; com metas, indicadores e orçamentos que coloquem as mulheres no centro da tomada de decisões de forma equitativa. Entre as prioridades chave, estão a posse e o acesso à terra e outros bens, o acesso às tecnologias de produção agroecológica, insumos, infraestrutura, serviços de extensão, apoio ao empreendedorismo verde e financiamento climático.

- **Centralidade da dignidade humana, dos direitos da Terra**^{35,36}: Defendemos o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, livre de poluição e adequado para o desenvolvimento da vida em condições saudáveis. As políticas climáticas devem colocar a vida, a dignidade humana e os direitos da natureza no centro de todas as decisões. Os direitos humanos, conquistados pela luta social, definem compromissos básicos para os Estados e a comunidade internacional e estabelecem um conceito ampliado de dignidade, incluindo os não humanos.
- **Abordagem da Migração Climática**^{37,38}: Os deslocamentos induzidos pela mudança climática são uma realidade que exige atenção urgente, antes que aumentem. A migração climática deve ser reconhecida como um tema central de direitos humanos dentro de um contexto de adaptação à mudança climática. Portanto, fazemos um chamado para que o tema seja tratado como questão de justiça, a ser incluído nas discussões sobre Perdas e Danos, com o objetivo de que o financiamento também aborde essa realidade e o nexo entre a ajuda humanitária a migrantes e o desenvolvimento sustentável. Exigimos, além disso, que os países implementem políticas integradas que reconheçam as interconexões entre migração e mudança climática, seca, colapso da biodiversidade, colheitas falhas e conflitos, e que abordem todas as dimensões de maneira holística.

35 United Nations General Assembly. “The Human Right to a Clean, Healthy and Sustainable Environment.” Resolution 76/300, July 28, 2022. <https://undocs.org/A/RES/76/300>

36 La Carta de la Tierra (2000) <https://cartadelatierra.org/lea-la-carta-de-la-tierra/>

37 IPCC, 2022: B.4.7, Summary for Policymakers [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, M. Tignor, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem (eds.)]. In: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 3-33, doi:10.1017/9781009325844.001

38 Mirzabaev, A., J. Wu, J. Evans, F. García-Oliva, I.A.G. Hussein, M.H. Iqbal, J. Kimutai, T. Knowles, F. Meza, D. Nedjraoui, F. Tena, M. Türkeş, R.J. Vázquez, M. Weltz, 2019: Desertification. In: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems [P.R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, V. Masson-Delmotte, H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, P. Zhai, R. Slade, S. Connors, R. van Diemen, M. Ferrat, E. Haughey, S. Luz, S. Neogi, M. Pathak, J. Petzold, J. Portugal Pereira, P. Vyas, E. Huntley, K. Kissick, M. Belkacemi, J. Malley, (eds.)]. <https://doi.org/10.1017/9781009157988.005>

- **Uma Coalizão do Norte ao Sul pelo Clima, Natureza e Humanidade:** Convidamos atores coerentes e comprometidos com a ética, justiça e equidade a unirem esforços para fortalecer os processos multilaterais democráticos, como o Acordo de Paris, e reconstruirmos a confiança na cooperação e no diálogo, unindo-nos como humanidade para enfrentar as crises do clima e da natureza e biodiversidade, defendendo os direitos de todos os seres vivos, assim como uma mudança de modelo econômico em favor do bem comum e das futuras gerações.

8. Conclusão: um chamado à resistência, ao fortalecimento comunitário e à esperança

A preparação para a COP30 nos exige uma postura profética, enraizada na comunhão entre as Igrejas irmãs do Sul Global, que denuncie as falsas soluções climáticas e anuncie a esperança de uma nova sociedade. Essa sociedade estará fundada na justiça, na fraternidade universal com todas as criaturas e no cuidado amoroso da Casa Comum. É hora de exigir que os Estados honrem os compromissos assumidos e impulsionem políticas públicas que fomentem a agroecologia, a reflorestação comunitária, a soberania e a segurança alimentar dos povos indígenas, comunidades tradicionais, camponesas e periferias urbanas, em profunda harmonia com a Criação.

Convidamos, portanto, a uma coalizão histórica que una atores do Sul Global, como a Igreja, governos, povos originários, academia, organizações sociais e ecológicas, com aliados coerentes de todos os setores e países do Norte Global, comprometidos com a ética, equidade e justiça para a humanidade em todo o planeta. Propomos que essa coalizão implemente ações ambiciosas que abordem a questão da dívida, incluindo as dívidas sociais e ecológicas históricas, que promovam a resiliência para todos e que assegurem um futuro realmente justo e sustentável para as novas gerações, e as condições para que a vida no planeta prospere.

Como Igreja que peregrina no Sul Global, não cessaremos de erguer nossa voz ante as injustiças sociais e ecológicas. Faremos isso inspirados na certeza de que o clamor da Terra é inseparável do clamor dos pobres (LS, 49). Nesse horizonte, e como sinal de compromisso duradouro, nasce o Observatório Eclesial sobre Justiça Climática, promovido pela Conferência Eclesial da Amazônia. Essa iniciativa acompanhará, vigiará e animará o cumprimento dos acordos das COPs, assim como denunciará os descumprimentos que perpetuam o sofrimento dos povos. O Observatório monitorará, por exemplo, a restauração de ecossistemas, o bem-estar comunitário, o cumprimento de compromissos climáticos, entre outros indicadores.

Que a COP30 não seja apenas mais uma cúpula, mas um marco de resistência, de articulação intercontinental e de transformação real. Que seja guiada pela força viva das comunidades, pela esperança que brota das margens e por uma Igreja em saída, profundamente sinodal, que caminha com os povos.

Inspirados tanto no legado do Papa Francisco quanto pelo chamado do Papa Leão XIV a viver uma ecologia integral com justiça, paz e coragem profético, afirmamos: nossas Igrejas do Sul Global não são apenas testemunhas da dor, mas sementes de um futuro novo. Que o Espírito nos conceda a unidade, a audácia e a ternura necessárias para continuar tecendo juntos o Reino de Deus nesta Terra ferida.

Fruto do discernimento coletivo das Igrejas da África, América Latina e Caribe, e Ásia, em preparação para a COP30 no continente da esperança, invocando a inspiração do Espírito Santo e em comunhão com a missão da Igreja universal.

África, América Latina e Caribe, e Ásia, 12 de junho de 2025.

†**Cardinal Jaime Spengler O.F.M**
Archbishop of Porto Alegre, Brazil
President of CELAM

†**Cardinal Felipe Neri Ferrao**
Archbishop of Goa and Daman, India
President of FABC

†**Cardenal Fridolin Ambongo Besungu, O.F.M Cap.**
Archbishop of Kinshasa, Congo (Dem. Rep.)
President of SECAM

